

A Operação Lava Jato e as Mudanças na Gestão da Petrobrás:

Avaliando um episódio crítico⁺

Luiz Fernando de Paula* e Rafael Moura**

Resumo: Este artigo analisa como a crise política e econômica brasileira, eclodida a partir de 2014, que teve na Operação Lava Jato um dos determinantes principais, impactou a cadeia produtiva do petróleo, gás e construção civil. Em particular, destacamos dois processos inter-relacionados com forte efeito sobre os referidos setores: a Operação Lava Jato, que gerou uma forte crise reputacional da Petrobrás; e a reorientação da estratégia corporativa da estatal a partir de maio de 2016 voltada para remuneração curto-prazista aos acionistas. O artigo avalia ainda os efeitos econômicos negativos das referidas mudanças para a organização produtiva nacional e alguns entornos geográficos específicos.

1. Introdução

O *objetivo* deste artigo é realizar uma análise exploratória sobre as consequências e desdobramentos da Operação Lava Jato, eclodida em 2014, para a crise brasileira, em particular no que tange à cadeia produtiva do petróleo, gás natural e construção civil.

Para tanto, efetuamos uma reconstituição estilizada da trajetória econômica nacional, destacando dois processos subjacentes e inter-relacionados: a Operação Lava Jato resultou em uma forte crise reputacional da Petrobrás; e a reorientação da estratégia corporativa da estatal a partir de maio de 2016, voltada para remuneração curto-prazista aos acionistas

Ao denunciar por corrupção figuras do alto escalão de órgãos estatais e do empresariado vinculado às grandes empreiteiras, a Operação Lava Jato se arvorou numa ofensiva jurídica direta contra o núcleo nevrálgico do capitalismo nacional, considerando a proeminência da Petrobrás e das grandes construtoras nacionais, muitas delas com projeção externa. Afinal, petróleo/gás e construção civil estão entre os poucos setores industriais no Brasil com predominância de capital doméstico. Isto conduziu a uma aguda

⁺ Publicado em Augusto Jr., F., Gabrielli, J.S. e Alonso Jr, A. (org.). *Operação Lava-Jato: crime, devastação econômica e perseguição política*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

* Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), Professor Voluntário do Instituto de Estudos Sociais e Políticas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), e Pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

** Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED). Doutor em Ciência Política pelo IESP/UERJ e pesquisador do GEPP/IESP-UERJ e do NEIC/IESP-UERJ.

paralisa decisória nos segmentos envolvidos e afetou, inevitavelmente, tanto a economia brasileira quanto a correlação de forças políticas em voga.

Já a reorientação das prioridades corporativas da Petrobras, por vez, foi possível graças à nova coalizão política que ascendeu ao Poder Executivo, capitaneada por Michel Temer após articulação, inclusive, com parlamentares opositores recém derrotados no pleito eleitoral de 2014. Em meio à grave crise econômica e de popularidade, destarte, o PT deixa o governo após 13 anos; e, junto com o novo presidente, anunciou-se um reposicionamento da Petrobras e redesenho de seu papel estratégico prévio para a economia brasileira, justificado retoricamente como imperativo ante a crise financeira da estatal gerada pela suposta “má gestão” e “corrupção” do mandato anterior (Agência Brasil, 2017).

Busca-se, neste artigo, avaliar os efeitos econômicos negativos das referidas mudanças para a organização produtiva nacional e de alguns entornos geográficos específicos; para além da própria interlocução entre os setores de petróleo, gás e construção civil (CC), trinca pujante de geração de emprego e renda sob os governos petistas.

Em termos metodológicos, utilizamos como *fontes de dados empíricos e de informação* diferentes fontes tanto *primárias* (como da própria Petrobras, dos relatórios anuais das empreiteiras ou dos órgãos estatísticos de governo) como *secundárias*, na forma de estudos diversos, reportagens jornalísticas, etc.

O artigo possui quatro seções, além desta Introdução. A *Seção 2* faz um mapeamento da trajetória pregressa da Petrobras, em interlocução com o setor de CC, ao longo dos anos 2000 até 2013. Através de tal reconstituição estilizada até imediatamente antes da crise, a análise comparativa será facilitada. Já a *Seção 3* reconstitui a cronologia da Operação Lava Jato desde sua deflagração a partir de meados de 2014, com impacto de grande magnitude sobre o sistema político brasileiro e, é claro, sobre a Petrobras, resultando tanto uma crise reputacional quanto uma desestruturação e desarticulação de seus principais projetos e fornecedoras domésticas: as grades firmas de engenharia. A *Seção 4*, em seguida, examina a mudança na estratégia de gestão da Petrobras, mapeando as novas prioridades e como estas se enquadram num paradigma ideológico neoliberal distinto do governo anterior. A *Seção 5*, por fim, traz as considerações finais.

2. Dias de um passado esquecido: A trajetória da Petrobras em 2003-2013

Após relativa letargia em seu ativismo durante a década neoliberal de 1990, a chegada de Lula e do PT à presidência através das eleições de 2002 reificou bastante o dinamismo conferido à Petrobras e seu papel histórico (Pinto, 2020a: p.147).¹ Nesse sentido, entre 2003 e 2013, a estatal ampliou exponencialmente os seus investimentos tanto na produção e exploração de petróleo e gás quanto também na capacidade de refino, com suas inversões nominais aumentando de forma consistente em tal recorte até atingirem o pico histórico de US\$ 48,1 bilhões (Petrobras, 2015). E, em 2009, a Petrobras também havia atingido a marca de ter contribuído diretamente (fora os *spillovers*) para 12,0% da Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) e 2,3% do PIB no Brasil.

Em muitos sentidos, os governos petistas foram responsáveis pelo ressurgimento de um “*nacionalismo energético*”, traduzido em novas mudanças regulatórias e setoriais. Buscou-se, neste sentido: (i) ampliar o excedente econômico (via receitas do setor de petróleo e gás) de modo a financiar gastos sociais do governo; (ii) aumentar a produção de bens e serviços industriais através das compras e demandas públicas da própria Petrobras, com *spillovers* derivados do encadeamento produtivo junto aos fornecedores locais; e (iii) ampliar os investimentos públicos da estatal tanto na parte produtiva / extrativa quanto na de refino de derivados (Pinto, 2020a; Azevedo, 2021).

Esse “*nacionalismo energético*” e tais metas industrialistas centradas na empresa se viam cristalizados nos próprios Planos Estratégicos da Petrobras desde 2006. Nessa via, o Plano de Negócios 2007-2011 (e os que lhe sucederam) dava destaque expresso ao aumento da capacidade de refino, da maior integração vertical e do próprio papel da empresa no desenvolvimento nacional, sendo utilizada como instrumento de política industrial através de requerimentos contratuais de conteúdo local (Petrobras, 2006).²

Ademais, também estava prevista a construção de novas refinarias, almejando ampliar a capacidade doméstica de destilação: Clara Camarão (Rio Grande do Norte), Abreu e Lima (Pernambuco), no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), a de Premium I no Maranhão e a de Premium II no Ceará (Azevedo, 2021). Deste modo, buscava-se tanto aumentar a oferta de derivados, impedindo gargalos à produção nacional, quanto gerar demanda para diversos ramos da industrial nacional, em especial

¹ Conforme Pinto (2020a), embora não tenha sido privatizada nos anos 1990, ocorreram importantes alterações na estratégia corporativa da empresa e nos marcos regulatórios do setor no período: o controle estatal direto foi parcialmente diluído através da criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP) mediante o artigo 8º da Lei No. 9478, que também quebrou o monopólio da Petrobras sobre exploração, produção, refino e transforme, de modo a supostamente atrair capital privado nacional e estrangeiro para o segmento.

² Dentre outras metas da empresa presentes em tal plano, também estavam: aumento da capacidade de biomassa, petroquímicos, fertilizantes e biodiesel, entre outras tarefas (Petrobras, 2006; Pinto, 2020a).

a indústria de bens de capital, além de estimular o desenvolvimento tecnológico na atividade exploratória de águas profundas (Pinto, 2020a).³

Tais investimentos também foram possibilitados pela alta da *commodity*, com o barril de petróleo Brent subindo de valor de US\$ 25,75 ao final de julho de 2002 para US\$ 117,79 em março de 2012, favorecendo o aumento do lucro líquido da empresa e, subsequentemente, suas reinversões (Azevedo, 2021). Desta forma, o crescimento dos investimentos *da* e *na* Petrobras, para além da manutenção da produção em campos já ativos, facultaram o desenvolvimento do programa exploratório que levou, em 2007, à descoberta de enormes reservas de petróleo e gás na camada pré-sal, iniciando assim um novo capítulo – e de destaque ainda maior – à estatal brasileira (Rossi *et al.*, 2015).

Em vista de tal descoberta, o governo Lula (e depois o de Dilma) agiu para fomentar o entrelaçamento entre os sistemas de produção, refino e distribuição, tanto *upstream* quanto *downstream*. Entrelaçamento este possível graças à articulação, junto ao Congresso Nacional, em 2010, para aprovação de um novo marco regulatório de petróleo e gás; ampliando a participação do Estado nos rendimentos do setor e fornecendo à Petrobras, institucionalmente, controle estratégico de tecnologias e *know-how* (Azevedo, 2021).

Com o “Pré-Sal”, foram ampliados os projetos de desenvolvimento e exploração de petróleo, bem como investimentos demandantes de obras, materiais, equipamentos e serviços particulares fornecidos pelas firmas domésticas; potencializando ainda mais os *arranjos produtivos locais* (APLs) e seus encadeamentos (Rossi *et al.*, 2015; Pinto, 2020a).⁴ Esta potencialização ocorreu através do chamado Programa Nacional de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás Natural – PROMINP, lançado ainda em março de 2003 de modo a beneficiar as empresas fornecedoras da Petrobras via elevação dos requerimentos mínimos de conteúdo local para aquisições de bens e serviços.⁵

³ Para além disto, a preferência pela construção de diversas dessas refinarias no Nordeste se atribuiu ao fato de lá as taxas de crescimento de mercado serem maiores e a relação entre capacidade instalada e demanda por derivados ser mais desequilibrada (Azevedo, 2021).

⁴ Como definem Rossi *et al.* (2015), as APLs são definidas pelo entrelaçamento de três esferas ou dimensões: a inovação institucional ou tecnológica, a interação entre os atores sociais e a forte dimensão local que lhe define e nomeia; fomentando relações de cooperação e aprendizado. Seus focos de atuação são: (i) encontrar vocações regionais e locais para fornecimento de bens e serviços; (ii) aumentar a complexidade tecnológica através de exigências de conhecimento acumulado; (iii) ampliar a demanda em setores com alto potencial de crescimento; fomentar bens e equipamentos com tecnologia de base produzidos em larga escala; e (iv) obtenção de vantagens competitivas geográficas; entre outras.

⁵ O PROMINP também objetivava, com anuência da Agência Nacional do Petróleo (ANP), instalar projetos de inovação tecnológica e qualificação de mão de obra (MDO) para que as empresas fornecedoras pudessem efetivamente atender as necessidades da estatal. Conforme Azevedo (2021), a Petrobras empreendeu,

No bojo do PROMINP, portanto, o desenvolvimento de fornecedores da Petrobras foi estimulado via os já destacados APLs, gerando efeitos diretos e externalidades econômicas positivas. Segundo as estimativas de Rossi *et al.* (2015), de 2005 até agosto de 2014 os projetos no bojo de tal programa perfizeram um montante de investimentos de US\$ 140 milhões, desenvolvendo mais de 130 fornecedores de alta qualificação e também micro e pequenas empresas sob a égide em estados da federação que firmaram convênios junto à Petrobras e ao SEBRAE.⁶ Concomitantemente, o cadastro corporativo de fornecedores regionais da Petrobras registrou, no mesmo interregno, 5 mil novas empresas; movimentando em torno de R\$ 6 bilhões em negócios.

Desta forma, tal política associada à estratégia da Petrobras para o segmento de petróleo e gás permitiu que, de 2002 até 2013, a empresa ampliasse seu conteúdo local médio de 39% e 73% na etapa de produção e de 54% para 84% na de desenvolvimento, respectivamente; o que resultou na maior geração de emprego e renda via estímulo aos produtores locais, com a demanda retroalimentando seus investimentos e capacitação tecnológica (Pinto, 2020a).

Em princípios de 2013, outra rodada de projetos do PROMINP foi lançada prevendo novas APLs em interlocução com outros atores e instituições importantes, tais como: o já citado SEBRAE, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP), etc (Valor Econômico, 2012).

Essas novas APLs visavam induzir e intensificar a atividade econômica em *clusters* territoriais de suma importância, aproveitando os benefícios das vantagens geográficas para as empresas, o setor público, instituições de pesquisa e outros atores econômicos e sociais. A concentração dos vínculos produtivos facilitaria, assim, a inovação tecnológica, economias de escala e a otimização da infraestrutura (Rossi *et al.*, 2015). Os territórios escolhidos para a nova rodada do PROMIMP foram:

- Ipatinga e entorno (Minas Gerais, no polo metalomecânico do Vale do Aço);
- Ipojuca e entorno (Pernambuco, no Complexo Industrial e Portuário de Suape, bem como os estaleiros Atlântico Sul e Vard Promar, a Refinaria Abreu e Lima – RNEST e a Petroquímica Suape);

mediante parcerias com órgãos diversos de governo e empresários, R\$ 536 milhões para capacitar quase 300 mil funcionários/trabalhadores.

⁶ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

- Itaboraí e entorno (Rio de Janeiro, e onde fica o Comperj);
- Maragogipe e entorno (Bahia, onde se desenvolve polo industrial assentado no setor naval e de exploração *offshore*, contando com o Centro Industrial e Portuário de Aratu, os estaleiros Enseada e São Roque de Paraguaçu e a Refinaria Landulpho Alves - RLAM);
- Rio Grande e entorno (Rio Grande do Sul; em particular em estaleiros navais).

Esses territórios, onde já se desenvolviam polos industriais promissores agora contemplados por novos APLs, em breve assistiriam a um contexto diametralmente oposto ao preconizado quando do lançamento de tais iniciativas. Toda a trajetória pujante descrita até aqui, com múltiplos projetos e crescente protagonismo da Petrobras na vanguarda do crescimento capitalista doméstico, encontraria ocaso e reversão a partir de 2014 com a Operação Lava Jato, que abalaria as bases econômicas do regime produtivo brasileiro assim como o próprio sistema político nacional.⁷ Discorreremos diretamente sobre a mesma e seus efeitos na Seção 3 abaixo.

3. A Operação Lava Jato e seus impactos econômicos

Em 2014, interrompendo a trajetória virtuosa que advinha desde a década pregressa, a Petrobras enfrentaria uma verdadeira “tempestade perfeita” que afetaria não somente a empresa como todo o segmento de petróleo e gás para além também do de construção civil, setor naval, entre outros (Ordoñez & Rosa, 2018; Paula & Moura, 2019). Antes de analisarmos a cronologia e desdobramentos da operação, há três elementos importantes a serem destacados sobre a estatal petroleira, que tensionavam um pouco sua situação financeira antes da eclosão do episódio e concomitantemente ao início do mesmo, em boa medida.

O *primeiro* elemento é a depreciação cambial ocorrida no governo Dilma I, com a taxa de câmbio nominal saindo do patamar de 1,67 reais por dólar em 2011 para 2,35 reais por dólar em 2014, atingindo 3,33 reais por dólar em 2015 (World Bank, 2021). A desvalorização do real, somada às cotações do petróleo ainda elevadas até meados de 2014, afetou o mercado petrolífero e de derivados. Do ponto de vista da Petrobras, tal

⁷ Para uma análise dos efeitos da Operação Lava Jato sobre a conjuntura política, o sistema partidário e as eleições de 2016 e 2018, ver Kerche e Tanscheit (2021).

desvalorização aumentou os custos das importações e tornou o serviço da dívida da empresa mais caro em reais, principalmente depois de 2012 (Azevedo, 2021).⁸

O *segundo* elemento foi a vertiginosa queda do preço do petróleo, cuja cotação do barril caiu de pouco menos de US\$ 110 em junho de 2014 para US\$ 47 em janeiro de 2015 e US\$ 30,8 em janeiro de 2016, impactando violenta e negativamente sobre a arrecadação e rentabilidade da empresa (Santos e Moura, 2019).

O *terceiro* elemento é que, entre 2011 e 2014, o governo Dilma Rousseff também instrumentalizou a Petrobras para controle inflacionário, face à aceleração de preços.⁹ Assim, a estatal praticou uma política deliberada de defasagem entre os preços internos e externos, abdicando de receitas de curto prazo oriundas da venda de derivados domesticamente (Pinto, 2020a).

Em suma, o duplo choque negativo, da queda da cotação do petróleo e da desvalorização cambial, ocasionou uma grande sangria de receitas e maior endividamento da empresa num momento no qual já havia diminuição dos ganhos ante o represamento de preços domésticos da gasolina e diesel e também o aumento expressivo dos investimentos nas refinarias e para viabilização do Pré-Sal. A Petrobrás vinha realizando enormes inversões – uma aposta no médio e no longo prazo – justo quando necessitava de mais autofinanciamento ou lucro retido (Pinto, 2020a; Azevedo, 2021).¹⁰

Ante isto, a Petrobras registrou um prejuízo de R\$ 26,6 bilhões no 4º trimestre de 2014, o maior da estatal em quase trinta anos, mas que seria ainda superado pelo do 4º trimestre de 2015, de R\$ 36,9 bilhões, o pior de sua história (Petrobras, 2016; El País, 2016).

Retornando à Lava Jato, a mesma foi formalmente deflagrada em 2014 através da delação premiada assinada em junho pelo ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa e pelo doleiro Alberto Yousseff junto ao Ministério Público Federal (MPF).¹¹ Já no dia 23 de outubro, uma semana antes do segundo turno do pleito presidencial, Yousseff finalmente teria sua delação vazada pela PF onde denunciava uma rede massiva de corrupção

⁸ Azevedo (2021) também destaca que 2012 foi a primeira vez, desde 1999, que a Petrobras apresentou um resultado negativo em função dos impactos da variação cambial.

⁹ Em 2011, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), um dos indicadores de mensuração da inflação, registrou crescimento de 6,5%, batendo no teto superior da meta de inflação nacional. Ao longo de todo o governo Dilma I, a inflação ficou pressionada e oscilando pouco abaixo ao teto da meta (IBGE, 2021).

¹⁰ Com relação a este ponto, Pinto (2020a) ressalta que a relação entre o lucro retido e o investimento total caiu de 56% em 2006 para 25% em 2014.

¹¹ Segundo o Procurador Deltan Dallagnol, as delações premiadas consistiram no principal “motor” instrumentalizado para avançar os inquéritos (O Globo, 2015a).

envolvendo propinas em contratos entre a Petrobras e grandes empreiteiras; e imputava suposta responsabilidade direta do ex-presidente Lula e da presidente Dilma.

A operação se deu através de novas fases de investigações judiciais promovidas pelo MPF e pela PF acerca de fraudes em licitações entre a Petrobras ou outros órgãos estatais e as grandes construtoras brasileiras em troca de propina e financiamento de campanhas eleitorais. Foram atingidos, com isto, tanto grandes atores empresariais como Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, OAS e Queiroz Galvão como atores políticos das principais agremiações partidárias nacionais, como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido da Socialdemocracia Brasileira (PSDB), o Partido Progressista (PP) e, é claro, o PT (Campos, 2019).

A Lava Jato desestruturou gravemente a cadeia produtiva de petróleo, gás e construção civil, obstaculizando o que foi um importante vetor de investimentos e geração de empregos durante os governos de PT. No contexto dos elementos que afetavam a Petrobras citados em parágrafos anteriores, a operação completou a “tempestade perfeita” ao imputar à estatal uma *crise reputacional* que levou a *ajustes de governança corporativa e menor margem de manobra para novos projetos* ante o fato de que seus principais fornecedores se viam em crise e com problemas na justiça (Pinto, 2020a). Desta forma, *a Lava Jato se conjugou à própria crise econômica brasileira como um todo, fragilizando não somente a maior estatal nacional como toda a cadeia de firmas a ela ligada* (Campos, 2019).

A Lava Jato coloca uma pá de cal na trajetória virtuosa da estatal e de tal cadeia até então, tendo na sua 7ª etapa, chamada de Operação “Juízo Final” e levada adiante pela PF em 14 de novembro de 2014, um ponto irreversível. Em tal etapa, foram presos um total de 27 executivos dos altos escalões das construtoras Camargo Corrêa, Engevix, Galvão Engenharia, IESA, Mendes Júnior, OAS, Queiroz Galvão e UTC (O Globo, 2015b). A prisão desses empresários e a ameaça de suas delações premiadas, afetando deputados, senadores e ministros, gerou grande impasse político conducente a uma total devassa dos contratos entre estatais e grandes firmas, e subsequentemente uma paralisa decisória de proporções colossais (Campos, 2019).

Na sequência, efetuamos análise sobre alguns impactos e consequências imediatas da operação sobre a economia através de uma análise inicial sobre indicadores pertinentes às grandes empreiteiras, à Petrobras e o mercado de trabalho no geral, incluindo seus efeitos regionais e sobre arranjos produtivos locais (APLs).

Começando pelas grandes firmas de engenharia: a Odebrecht, de 2014 até 2019, teve a receita bruta caindo de R\$ 107 bilhões para R\$ 78 bi, o número de funcionários diminuindo de 168 mil para 35 mil, e deixou ainda de operar em 13 países, de 27 para 14 (Odebrecht, 2015; 2020).¹² Já a Queiroz Galvão teve seus ativos financeiros acumulados caindo de R\$ 15,3 bilhões para R\$ 2,9 bilhões entre 2014 e 2018.¹³ A OAS, por vez, teve seu total de ativos financeiros declinando de R\$ 1,69 bilhão para R\$ 368 milhões entre 2014 e 2019 (OAS, 2020). A OAS, inclusive, se vê em trajetória intensa de endividamento desde a eclosão da operação, em meio às dificuldades de arcar com o acordo de recuperação judicial, e que coloca seu próprio futuro em xeque (Folha de São Paulo, 2019). A Camargo Corrêa e a Andrade Gutierrez, por fim, também tiveram perdas de seus ativos financeiros de R\$ 3,31 e R\$ 5,3 bilhões para R\$ 2,27 e R\$ 1,91 bilhões entre 2014 e 2018, respectivamente (Camargo Corrêa Infraestrutura S.A., 2015; 2019).¹⁴

Segundo reportagem do Valor Econômico (2019), entre 2015 e 2018 as maiores construtoras brasileiras, portanto, grandes absorvedoras de mão-de-obra e responsáveis por obras fulcrais à superação de gargalos de desenvolvimento, encolheram 85% em termos de receitas líquidas. As receitas totais do segmento de engenharia e construção, que perfaziam R\$ 140 bilhões em 2013, regrediram em 2016 aos níveis de 2006 aproximadamente, com apenas R\$ 53 bilhões em 2016, um recuo expressivo 62,15% (O Empreiteiro *apud* Campos, 2019).

Para além disto, as empresas também se viram financeiramente fragilizadas não só pelo cancelamento de inúmeros projetos, em andamento ou vindouros, como também pelas multas que tiveram de pagar ante a revelação da rede de propinas, domesticamente e no exterior. Só a Odebrecht, por exemplo, foi condenada em 2017 pela justiça estadunidense a pagar, com base na *Foreign Corrupt Practices Act*, US\$ 2,6 bilhões em função do suborno e corrupção (DW, 2017).

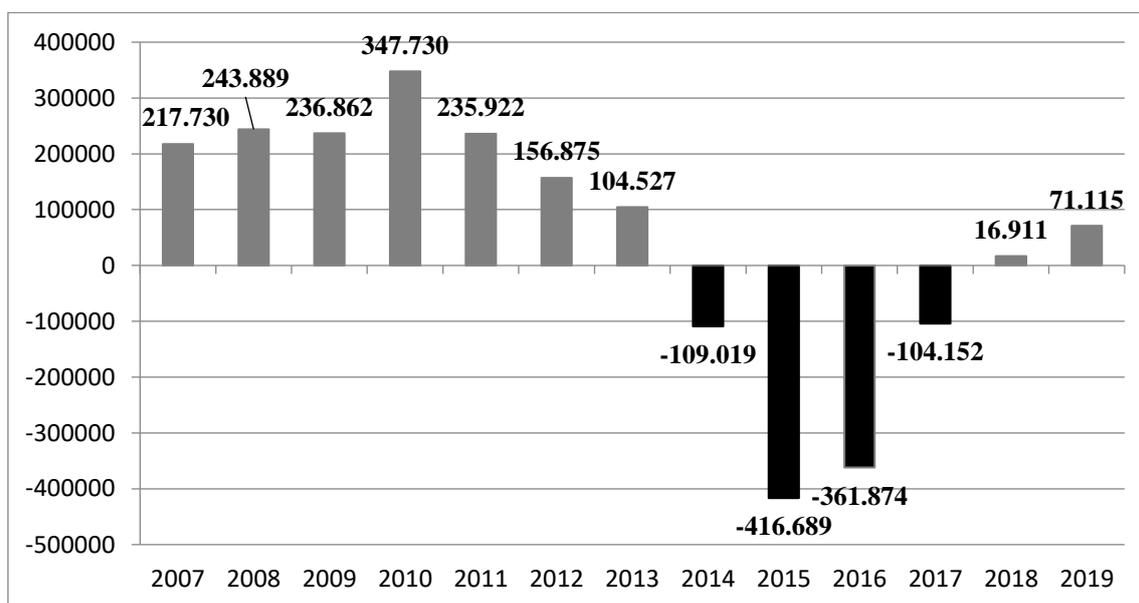
Como se vê, portanto, as grandes empreiteiras foram severamente prejudicadas pela crise do setor ocasionada pela operação Lava Jato, sendo a face mais visível de uma massiva destruição de postos de trabalho na construção civil, como visto no Gráfico 1

¹² Ou seja, só na firma Odebrecht, a crise causada pela operação ocasionou a perda de 133 mil postos de trabalho em 5 anos.

¹³ Os relatórios anuais da construtora Queiroz Galvão podem ser consultados no seguinte link: <https://construtoraqueirozgalvao.com.br/sustentabilidade/relatorios-anuais/>

¹⁴ Já os balanços da Andrade Gutierrez corroborando tais indicadores para a referida empresa se encontram no link: <https://andradegutierrez.com.br/CentralBalancos.aspx>.

Gráfico 1 – Saldo anual entre contratações e demissões (apenas empregos formais) no setor de Construção Civil, 2007-2019



Fonte: CAGED.

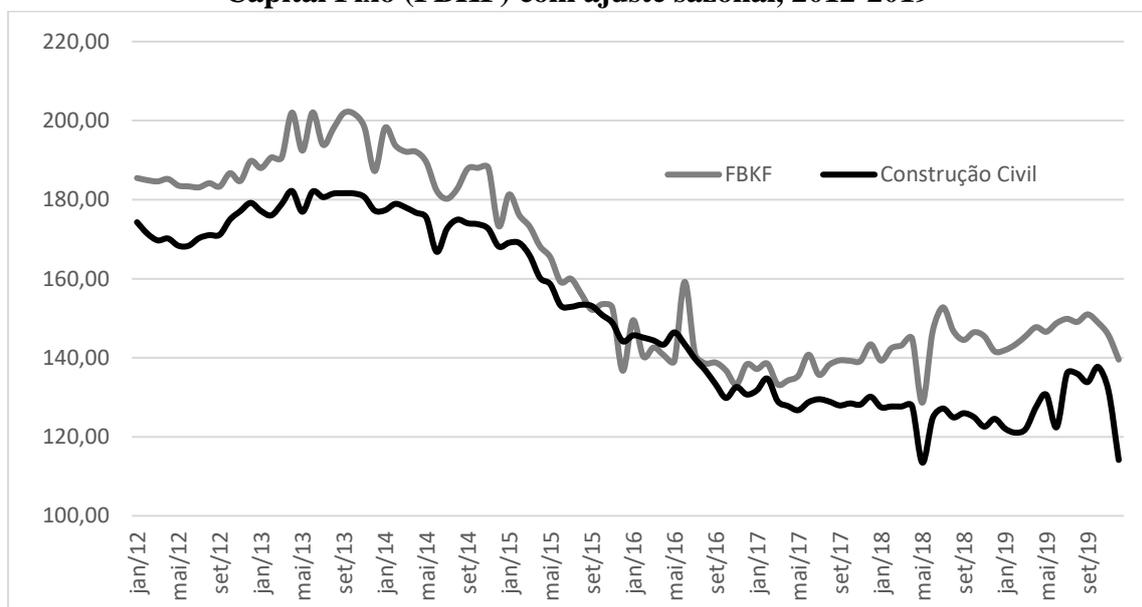
Os números são significativos, ainda mais por tratarem de um único setor *sem a consideração de outras externalidades negativas da crise*. Somente entre janeiro de 2014 e janeiro de 2017, a região Norte registrou um saldo negativo de 117.616 empregos na construção civil (11,54% do total); a região Nordeste, uma perda 260.181 empregos (25,53%); a Sul, 59.225 (5,81%); a Centro-Oeste, 95.388 (9,36%) e a mais atingida de todas, a Sudeste, 486.355 postos de trabalho (47,73%). Tudo isto somente na construção civil. Em todo o Brasil, no bojo de tal período (janeiro de 2014 a janeiro de 2017), a média mensal de geração de postos de trabalho foi de -23.956: ou seja, como se tal setor perdesse quase 24 mil empregos ao mês de forma ininterrupta ao longo de três anos (CAGED *apud* CBIC, 2021).

Se, em 2013, havia 7,845 milhões de trabalhadores na construção, em 2019 essa cifra caiu para 6,701 milhões, encolhimento de 14,6% em termos de empregabilidade. A construção, destarte, foi uma das principais âncoras do aumento do desemprego. Ao considerarmos os saldos negativos de postos de trabalho formais no Brasil como um todo (todas as atividades) e especificamente na construção civil, a contribuição deste setor foi bastante significativa: uma redução de 27,1% em 2015 e 27,3% em 2016 (CAGED *apud* CBIC, 2021).

Cabe ainda destacar uma forte correlação entre o desempenho da construção civil e a formação bruta de capital fixo do país, em especial no período da aguda desaceleração econômica em 2015/2016 (Gráfico 2). Embora correlação não implique necessariamente

em causalidade, é razoável apontar que a fragilização do setor de construção civil, fortemente impactado pela Operação Lava-Jato, tenha contribuído bastante para tal relação e para a recessão econômica de 2015-2016.

Gráfico 2 – Índices mensais do setor de Construção Civil e da Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) com ajuste sazonal, 2012-2019



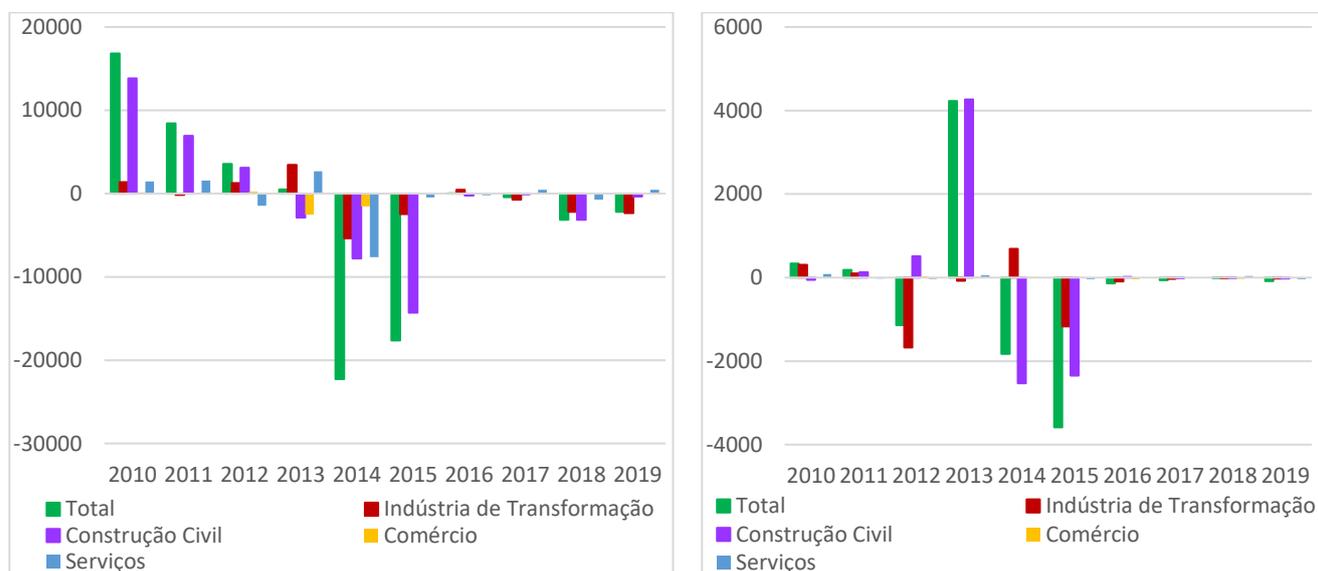
Fonte: IPEA, *Ipeadata*.

Com relação às cadeias produtivas vislumbradas pelos APLs via PROMINP e das parcerias feitas entre Petrobras e fornecedores regionais - no contexto de um programa de investimentos com maior capacidade de mobilização da indústria de bens e serviços no Brasil, buscando um aumento da demanda por infraestruturas como construção e engenharia naval - a coadunação entre a paralisia decisória da estatal e das empreiteiras concomitante ao cancelamento de contratos, e a situação financeira da empresa pública que se agravava, acabou por jogar por terra grande maioria dos projetos de desenvolvimento em tais clusters industriais.

De fato, a nova rodada do PROMINP parou desde 2014, após os desdobramentos da Operação Lava-Jato e o agravamento da crise financeira da Petrobras. Como pode ser visto nos gráficos 3, 4 e 5, as cinco localidades mencionadas na seção 2 – escolhidas para desenvolvimento de clusters territoriais – tiveram forte desaceleração no saldo entre contratações e demissões de mão-de-obra, principalmente em 2014-2016, denotando a dimensão da recessão e destruição do tecido produtivo que passaram tais localidades. A exceção do município de Rio Grande, todas essas localidades, em maior ou menor grau, sofreram o impacto da contração do setor de construção civil.

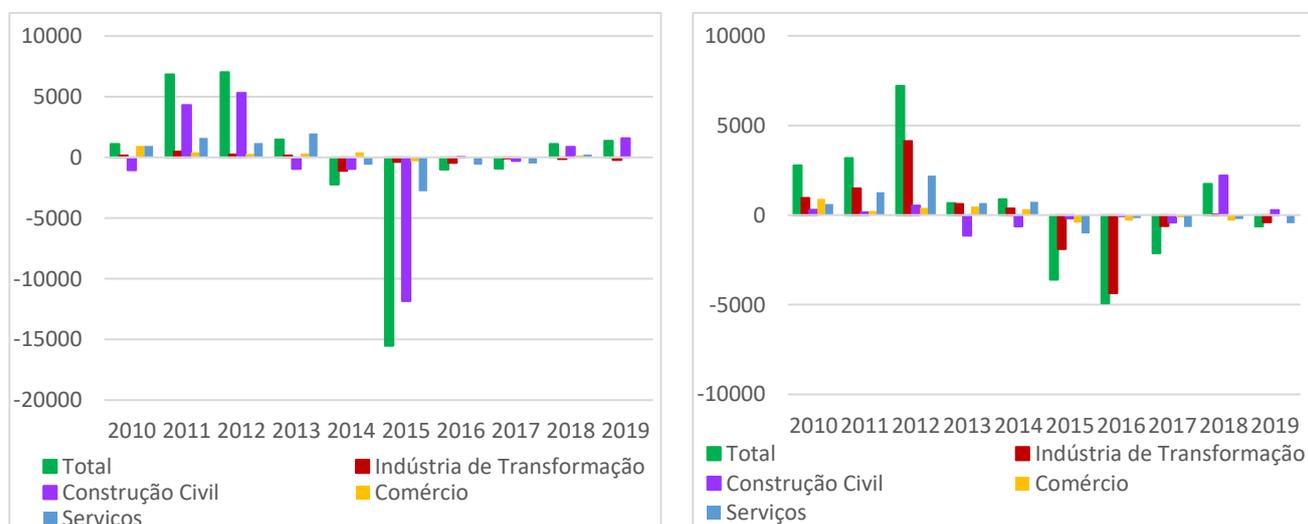
Portanto, todos os prognósticos positivos quanto ao aproveitamento das sinergias público-privadas via APLs, tendo na Petrobras e o próprio Estado como epicentro indutor, foram obliterados ante o massivo choque gerado em tal cadeia produtiva pela operação Lava-Jato. Nos municípios analisados acima que consistiram em territórios precursores de tais arranjos (Rossi *et al.*, 2015), a retração da indústria de transformação e da de construção civil foi tamanha que, em 2015 e 2016, correspondeu à quase totalidade da perda de vagas de trabalho formais em todos esses *clusters*.

Gráfico 3 – Saldo anual entre contratações e demissões (apenas empregos formais) no Município de Ipojuca (Pernambuco) – a esquerda - e Maragogipe (Bahia) a direita, 2010-2019



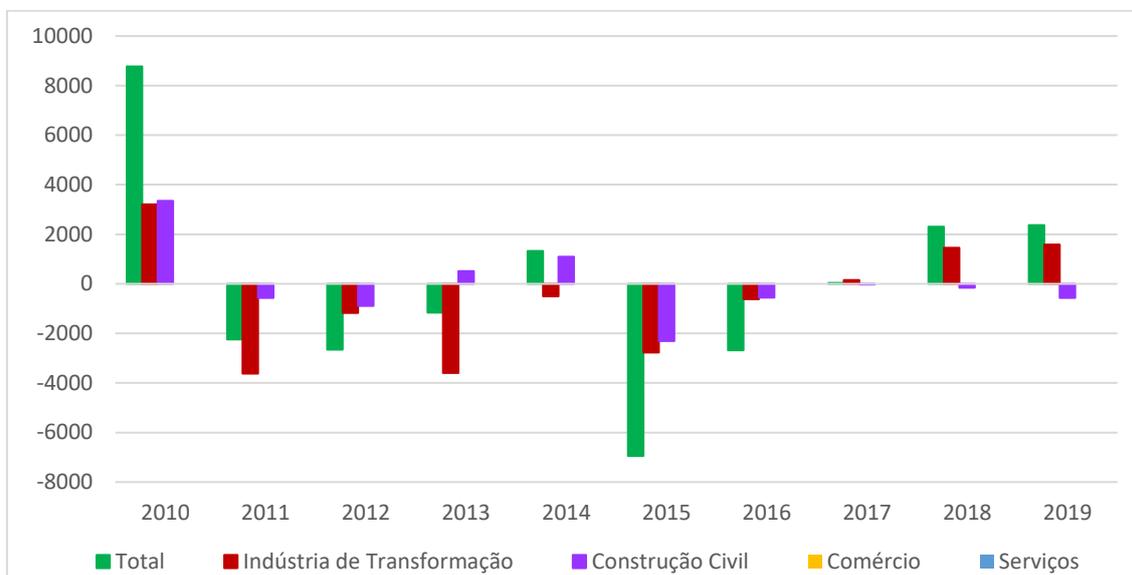
Fonte: Elaboração própria a partir do MTE, 2021.

Gráfico 4 – Saldo anual entre contratações e demissões (apenas empregos formais) no Município de Itaboraí (COMPERJ; Rio de Janeiro) – a esquerda – e Município de Rio Grande (Rio Grande) – a direita, 2010-2019



Fonte: Elaboração própria a partir do MTE, 2021.

Gráfico 5 – Saldo anual entre contratações e demissões (apenas empregos formais) no Município de Ipatinga (Minas Gerais), 2010-2019



Fonte: Elaboração própria a partir do MTE, 2021.

4. A reorientação da estratégia corporativa da Petrobras pós-*impeachment*

Na Seção 3 discutimos como a Lava Jato impactou com severidade no setor de construção pesada através das grandes empreiteiras, e também na própria Petrobras mediante devassa de seus contratos e crise reputacional justo quando sua situação financeira atravessava um ciclo turbulento ante: gastos com novas refinarias e exploração, represamento de preços e a queda do valor do petróleo em 2014. Nesta seção analisamos como tal delicado quadro financeiro, acentuado pela operação, acabou, de forma consequential, servindo à narrativa dos novos governos de orientação neoliberal, a partir de Temer, para mudar drasticamente o curso estratégico pretendido para a estatal.

Em maio de 2016, após o *impeachment* resultante na saída de Dilma, o até então Vice-Presidente Michel Temer chega ao poder com uma nova coalizão e reorientação drástica de inúmeras políticas características do governo petista. Essa coalizão, incorporando agremiações partidárias opositoras recém derrotadas no pleito eleitoral de 2014 tal como o PSDB, tinha predileção por uma orientação econômica mais liberal e ortodoxa, o que se evidencia pelo forte compromisso com a agenda de ajuste fiscal e desmonte de capacidades estatais e do tecido protetivo social através de medidas como o projeto de emenda constitucional do teto de gastos públicos (PEC 241/55), a reforma

trabalhista e a reforma da previdência, sendo esta última aprovada somente em 2019 já no Governo Bolsonaro (Santos e Moura, 2019).

No que tange à Petrobras, o Governo Temer abandonou por completo a concepção prévia da estatal enquanto alavanca indutora da política industrial e do desenvolvimento nacional para a cadeia de petróleo, gás e infraestrutura. Desta forma, centrou mais na dimensão empresarial vis-à-vis sua face social ao priorizar a desalavancagem financeira vis-à-vis metas produtivas, para além de ter promovido mudanças importantes nos marcos regulatórios do setor, favoráveis às empresas estrangeiras. Encontrava seu definitivo epílogo, destarte, o nacionalismo energético dos governos PT (Costa, 2019).

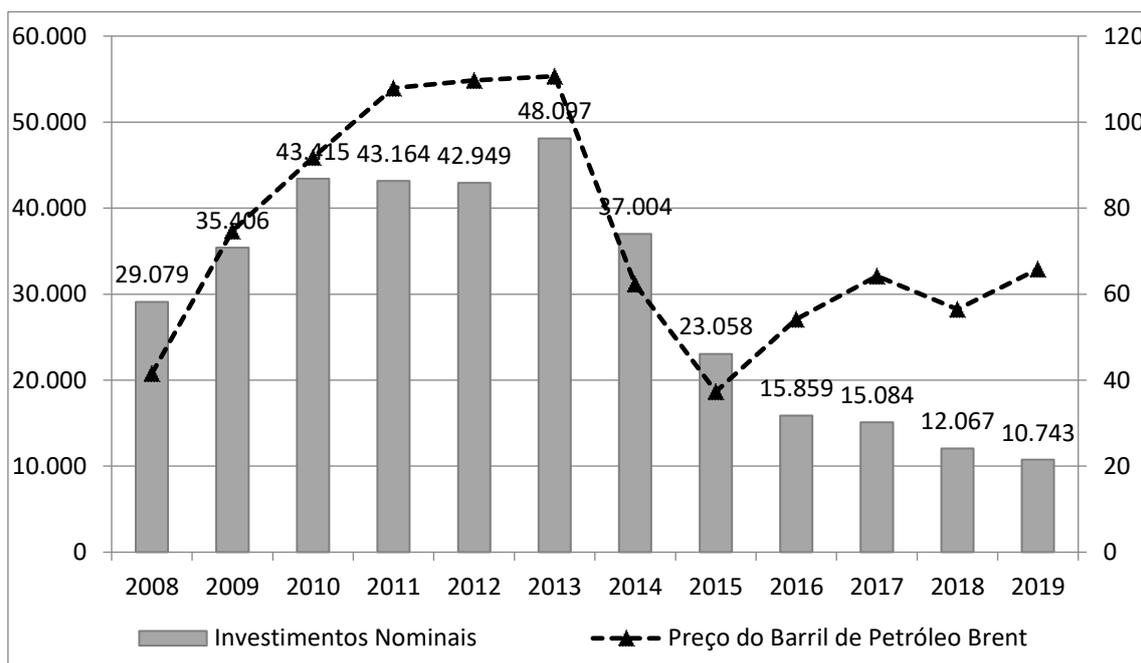
Em consonância com a desalavancagem financeira, o desmonte da cadeia industrial centrada em torno da Petrobras também trouxe consigo a modificação das já citadas políticas de conteúdo local, reduzindo drasticamente as exigências de fornecedores domésticos e ameaçando conquistas prévias do setor em termos de padrões de excelência de desenvolvimento tecnológico (Azevedo, 2019). Nos blocos de produção do Pré-Sal, por exemplo, o conteúdo local médio caiu de 37% para 27% na exploração e de 55% para 35% no desenvolvimento entre 2013 e 2018 (Pinto, 2020a).

A nova gestão de Pedro Parente, que assumiu a presidência da estatal a partir do final de maio de 2016, firmou, através do *Plano Estratégico e Plano de Negócios e Gestão 2017-2021*, um compromisso prioritário com a diminuição do endividamento da empresa, o que seria logrado através de uma desalavancagem dos investimentos da ordem de US\$ 21 bilhões.¹⁵ A Petrobras também buscava recompor uma maior rentabilidade através de um reposicionamento no mercado de petróleo e gás, com maior foco na produção e exploração, e abdicando dos “custos” oriundos da capacidade de refino (ou seja, das áreas *midstream* e *downstream* da cadeia de energia), bem como suas redes de distribuição e transporte (Costa, 2019; Leão e Pinto, 2019).¹⁶

Em 29 de novembro de 2016, através da Lei No.13.365, um novo marco regulatório foi aprovado retirando a condição da Petrobras de operadora única do Pré-Sal e abrindo via para empresas estrangeiras. Com tudo isto, os investimentos da empresa declinaram de forma sistemática, em particular a partir de 2015, como mostra o Gráfico 6.

¹⁵ Tal plano estratégico da Petrobras pode ser consultado no link: <https://pt.slideshare.net/petrobrasri/plano-estrategico-e-plano-de-negcios-e-gesto-20172021>.

¹⁶ A despeito deste foco aludido na produção e exploração, ainda assim a Petrobras se desfez de suas participações: nos Polos de Pampo e Enchova, na Bacia de Campos; no Polo Lagoa Parada, na Bacia do Espírito Santo; e nos campos Ponta do Mel e Redonda, na Bacia Potiguar (Azevedo, 2021).

Gráfico 6 – Investimentos da Petrobras (milhões de US\$), 2008-2019

Fonte: Elaboração própria com base em PETROBRAS; INDEX MUNDI.

Pinto e Dweck (2019) destacam que, só entre 2016 e 2017, os investimentos declinaram R\$ 23 bilhões e R\$ 4 bilhões nas áreas produtiva e de refino, respectivamente. Também foram destruídos 605 mil e 104 mil empregos em ambas as áreas. Os casos de corrupção serviram como retórica para a retirada da condição da Petrobras de operadora única do Pré-Sal e também para seu próprio desmonte, com a privatização da subsidiária Liquigas ao Grupo Ultra, de refinarias e de redes de gasodutos e oleodutos para os grupos canadense Brookfield e para o francês Engie (O Globo, 2019).

Cabe destacar que tal desnacionalização não ficou restrita unicamente à Petrobras: em meio à crise financeira da Lava Jato, a Odebrecht também terá que se desfazer de sua subsidiária petroquímica Braskem (onde tem 38,3% de participação) – responsável por 78% da receita líquida do grupo Odebrecht em 2018, planejado para acontecer em 2021; já a Camargo Corrêa vendeu sua subsidiária CPFL Energia à firma chinesa State Grid (Campos, 2019). Ante tudo isso, não por acaso, se observa um expressivo avanço das petroleiras estrangeiras no setor de petróleo e gás no Brasil, consequência de tais mudanças regulatórias e das novas diretrizes estratégicas da Petrobras propostas pelo Governo Federal.

No bojo da nova estratégia da empresa sob Parente, a nova política de precificação da Petrobras em paridade com a cotação no mercado internacional, embora beneficiando e agradando os acionistas minoritários da empresa no mercado financeiro pela ótica da remuneração de curto prazo, teve como uma de suas consequências adversas maiores custos para a sociedade com a maior frequência de aumentos dos preços dos combustíveis e botijão de gás (Campos, 2019; Nozaki e Leão, 2019).

Com relação ao programa de desinvestimentos e a priorização da exploração e produção em detrimento da capacidade de refino, esta mudança acentuou rapidamente a desverticalização da estrutura empresarial da Petrobras, bem como sua vulnerabilidade externa. A estatal passou a exportar mais petróleo cru para o mercado internacional para ser refinado fora e reimportado processado em combustível. Com isto, tanto a empresa quanto o Brasil ficam ainda mais expostos a variáveis exógenas tais como taxa de câmbio e demanda externa, podendo levar a mais riscos disruptivos (Pinto, 2020a). Se, em 2013, a empresa abastecia 90% do mercado doméstico, em 2018 essa cifra havia caído para 76%, ante a ampliação da importação de combustíveis e menor produção dos mesmos domesticamente (Campos, 2019).

A venda e o desmonte do parque de refino se viram assentados na retórica neoliberal de que as privatizações, promovendo a abertura de tal mercado de combustíveis à maior concorrência de outros atores, supostamente levariam de modo subsequente à diminuição do preço de derivados. Contudo, muitas dessas refinarias e as infraestruturas logísticas foram instaladas em locais estratégicos para minimizarem custos de investimentos e potencializarem economias de escala. Nesse sentido, como assinala Pinto (2020b), tais refinarias também eram monopólios naturais regionais, que mesmo privatizadas continuarão a praticar preços de monopólio, o que fará o custo ao consumidor final aumentar. Ou seja, como as refinarias serão vendidas junto com os terminais e dutos que lhe são interconectados, será inviável qualquer concorrência nessas áreas geográficas de influência, de forma que, ao se privatizar as unidades de refino, o governo entrega também os próprios mercados regionais.

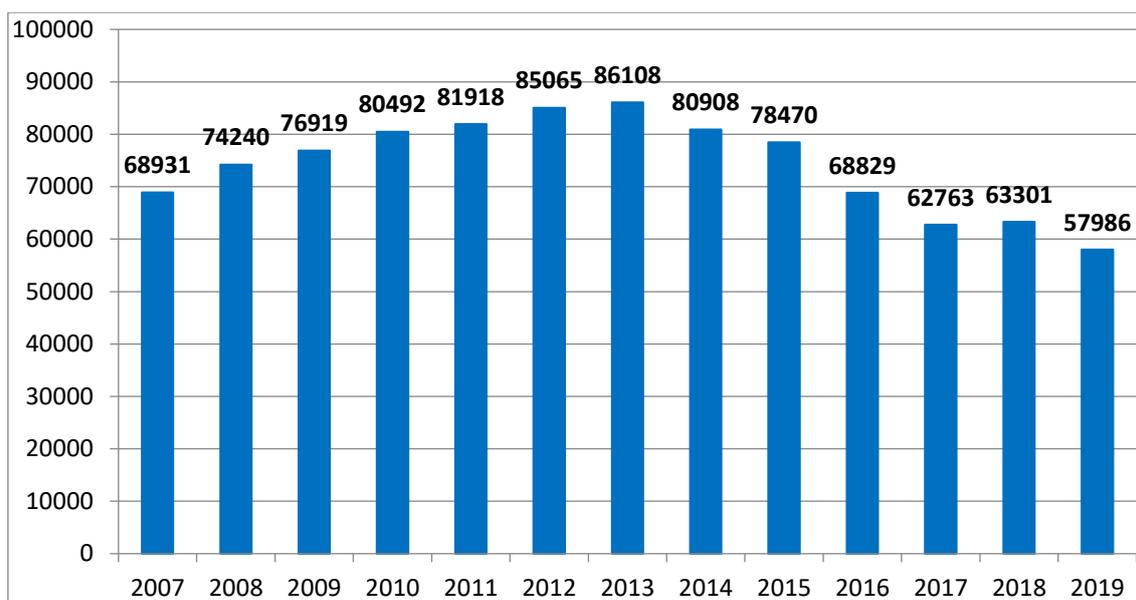
Com relação à redução dos requerimentos de conteúdo local, esta foi mais um marco corroborando o abandono definitivo da estatal como indutora de encadeamentos produtivos e de uma política de substituição de importações irradiando ganhos e economias de escala a partir de investimentos, principalmente nos segmentos naval, de engenharia pesada e construção civil (Nozaki e Leão, 2019).

Com relação à política de preços domésticos, a partir de julho de 2017 a mesma adentraria numa lógica de reajustes ainda mais céleres e automáticos seguindo as oscilações exógenas. Essa periodicidade mais curta de aumentos levou a um encarecimento drástico da estrutura de custos nacionais (em função dos custos de transporte) que, por consequência, gerou tanto uma greve dos petroleiros contra a política de precificação e sucateamento da estatal quanto uma de caminhoneiros (final de maio de 2018) ante os valores pagos pelos combustíveis; culminando na saída de Parente e sua substituição por Ivan Monteiro (O Globo, 2018a; O Globo, 2018b). Monteiro, que assumiu em junho de 2018 e ficou até o fim do governo Temer, embora tenha revisto a política de precificação vigente sob Parente, manteve o abandono à capacidade de refino, com uma redução ainda mais agressiva e acentuada de sua participação (Costa, 2019).

Já a gestão de Roberto Castello Branco, a partir de janeiro de 2019, marcou o retorno da política de preços alinhados ao mercado internacional e por cortes de custos, venda de ativos, foco no pré-sal e pelo aumento do pagamento de dividendos aos acionistas (Valor Econômico, 2021).

O governo Bolsonaro, portanto, não representou uma mudança dessa trajetória de desmonte, com a Petrobras se desfazendo, só no primeiro ano de seu governo (2019), de R\$ 70,3 bilhões de ativos via privatização de suas subsidiárias BR Distribuidora, TAG Liqueficação, etc. e também quase 50% do parque de refino da empresa e suas unidades produtivas (Abadie, 2020).¹⁷ Do ponto de vista da empresa, seu desmonte e diminuição de seu papel nodal para o desenvolvimento brasileiro também se atestam pela própria redução acentuada do corpo de empregados da companhia, conforme pode ser visto no Gráfico 7. Este mostra uma redução de 32,7% no total de trabalhadores diretamente empregados no Sistema Petrobras de 2013 para 2019, uma consequência de tal desmonte, desinvestimentos e de políticas governamentais de demissão voluntária que fizeram trabalhadores acumulando grande conhecimento, expertise e know-how irem embora da empresa.

¹⁷ As refinarias em curso de privatização são: Refinaria Abreu e Lima (RNEST), Landulpho Alves (RLAM), Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), Refinaria Gabriel Passos (REGAP), Refinaria Isaac Sabbá (REMAN), Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (LUBNOR) e a Unidade de Industrialização do Xisto ou SIX (PINTO, 2020a). Destas, cinco (REFAP, REPAR, REGAP, RLAM e RNEST) são de grande médio ou grande porte (Abadie, 2020).

Gráfico 7 – Trabalhadores diretamente empregados no Sistema Petrobras

Fontes: PETROBRAS.

5. Conclusão

Este artigo analisou como a crise política e econômica brasileira, eclodida a partir de 2014, que teve na Operação Lava Jato um dos determinantes principais, impactou a cadeia produtiva do petróleo, gás natural e construção civil, inclusive no que se refere a seus efeitos geográficos locais. Em particular, destacamos dois processos inter-relacionados com forte efeito sobre os setores de petróleo e derivados e o de construção civil: a Operação Lava Jato, que levou a uma forte crise reputacional da Petrobrás; e a reorientação da estratégia corporativa da estatal a partir de maio de 2016, voltada para remuneração curto-prazista aos acionistas. Esta mudança drástica de estratégia da Petrobras nas áreas como a produção e exploração de petróleo, refinarias e gás natural teve fortes efeitos sobre economias regionais e nos múltiplos encadeamentos com firmas e produtores locais, conforme procuramos mostrar.

Procuramos mostrar os efeitos da Operação Lava Jato foram profundos, tanto para o setor de petróleo quanto para o setor de construção civil, com efeitos negativos amplos sobre a estrutura produtiva do país. Em particular, apontamos como, a partir do governo Temer e prosseguindo pelo governo Bolsonaro, a Petrobras adotou uma nova orientação empresarial atuando mais para prover dividendos aos acionistas privados do que para sofisticar e adensar tecnologicamente o tecido produtivo brasileiro visando a soberania energética.

Acrescente-se, ainda, que num contexto de venda de metade do parque de refino, saída de determinados nichos exploratórios do pré-sal num cenário de empresas brasileiras de infraestrutura destroçadas, a Petrobras tornou-se uma empresa atuante principalmente no Eixo Sudeste e perdeu muito de sua integração regional no país.

Neste contexto, não será tarefa fácil a reversão do atual estado de coisas, que num governo sob nova orientação política e estratégica certamente demandará tempo e será árduo. Deste modo, tanto a Petrobras quanto as firmas domésticas de construção e engenharia terão um longo caminho a trilhar para recuperarem sua capacidade operacional e voltarem a ter uma estratégia voltada para o desenvolvimento nacional, o que requer uma mudança na estratégia neoliberal em vigor no país.

Referências:

Abadie, E. (2020). “Panorama do Refino no Brasil: Venda das Refinarias da PETROBRAS”. *Portal Clube de Engenharia*, dezembro, Disponível em: < <http://portalclubedeengenharia.org.br/wp-content/uploads/2020/12/VENDA-DE-REFINARIAS-BRASILEIRA-Eng-Elie-Abadie-2020-1-2.pdf>>. Acesso em 2 de fevereiro de 2021.

Agência Brasil (2017). “Temer diz que Petrobras recuperou prestígio depois de ser quase ‘um palavrão’”. 21 de dezembro de 2017. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/temer-diz-que-petrobras-recuperou-prestigio-depois-de-ser-quase-um-palavrao>>. Acesso em 3 de março de 2021.

Azevedo, J.S.G. (2021). “Especulações sobre a Petrobras depois de um tsunami, além de um dilúvio e terremoto com incêndios. Um desastre”. *Mimeo*.

Azevedo, P. (2019). “Os desafios das novas tecnologias e o enfraquecimento do conteúdo local”. In.: Leão, R.; Nozaki, W. (Orgs.). *Geopolítica, Estratégia e Petróleo: Transformações internacionais e nacionais*. Rio de Janeiro: INEEP/FLACSO.

Camargo Correa Infraestrutura S.A. *Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 e Relatório dos Auditores Independentes*. 2015. Disponível em: < https://camargocorreainfra.com/wp-content/uploads/2019/01/2014-CC-Infraestrutura_Portugue%CC%82s.pdf>. Acesso em 4 de março de 2021.

_____. *Demonstrações Financeiras*. 2019. Disponível em: < <https://camargocorreainfra.com/wp-content/uploads/2019/04/Demonstra%C3%A7%C3%B5es-Financeiras-2018-CCIN.pdf>> Acesso em 4 de março de 2021.

Campos, P.H. (2019). “Os efeitos da crise econômica e da operação Lava Jato sobre a indústria da construção pesada no Brasil: falências, desnacionalização e desestruturação produtiva”. *Mediações*, 24(1): 127-153.

Costa, R.R.. (2019). “Um balanço da visão estratégica da Petrobras desde 2017”. In.: Leão, R.; Nozaki, W. (Orgs.). *Geopolítica, Estratégia e Petróleo: Transformações internacionais e nacionais*. Rio de Janeiro: INEEP/FLACSO.

Deutsche Welee – DW (2017). “Justiça dos EUA condena Odebrecht a pagar US\$ 2,6 bi por corrupção”. 17 de abril de 2017. Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/justi%C3%A7a-dos-eua-condena-odebrecht-a-pagar-us-26-bi-por-corrup%C3%A7%C3%A3o/a-38456987>>. Acesso em 4 de março de 2021.

El País (2016). “Petrobras tem pior prejuízo da história com crise e queda do barril”. 22 de março de 2016. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/22/economia/1458608039_538616.html>. Acesso em 4 de março de 2021.

FIESP (2017). “Fim do conteúdo local é negativo para a indústria e a economia, mostra estudo da FIESP”. 15 de fevereiro de 2017. Disponível em: < <https://www.fiesp.com.br/noticias/fim-do-conteudo-local-e-negativo-para-a-industria-e-a-economia-mostra-estudo-da-fiesp/>>. Acesso em 5 de março de 2021.

Folha de S.Paulo (2019). “OAS acumula novas dívidas e corre risco de falir”. 15 de julho de 2019. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/oas-acumula-novas-dividas-e-corre-risco-de-falir.shtml>>. Acesso em 4 de março de 2021.

Guttmann, R. (2018). “Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças”. *Novos Estudos*, 82: 11-33.

Index Mundi. *Crude Oil (Petroleum); Dated Brent Monthly Price – US Dollars per Barrel*. Disponível em: < <https://www.indexmundi.com/commodities/?commodity=crude-oil-brent&months=120>>. Acesso em 23 de agosto de 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021). *IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo – Séries históricas*. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>>. Acesso em 13 de agosto de 2021.

Kersche, F.; Tanscheit, T. (2021) “Operação Lava Jato: o impacto da politização de escândalos de corrupção no sistema partidário”. In.: Augusto Jr., F. *et al.* (Orgs.). *Operação Lava Jato: Crime, Devastação Econômica e Perseguição Política*. São Paulo: Expressão Popular.

Leão, R. (2019). “O reposicionamento estratégico da Petrobras”. In.: Leão, R.; Nozaki, W. (Orgs.). *Geopolítica, Estratégia e Petróleo: Transformações internacionais e nacionais*. Rio de Janeiro: INEEP/FLACSO.

Leão, R.; Pinto, E.C. (2019). “Opção estratégica da Petrobras em 2017: empresa menor e desintegrada”. In.: Leão, R.; Nozaki, W. (Orgs.). *Geopolítica, Estratégia e Petróleo: Transformações internacionais e nacionais*. Rio de Janeiro: INEEP/FLACSO.

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). *Evolução do Emprego do CAGED – EEC*. Disponível em: <

<http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetor>>. Acesso em 4 de março de 2021.

Nozaki, W. (2019). “A indústria do petróleo e energia como núcleo dinâmico do capital produtivo nacional”. In.: Leão, R.; Nozaki, W. (Orgs.). *Geopolítica, Estratégia e Petróleo: Transformações internacionais e nacionais*. Rio de Janeiro: INEEP/FLACSO.

Nokaki, W., Leão, R. (2019). “Um balanço da gestão de Pedro Parente”. In.: Leão, R.; Nozaki, W.(Orgs.). *Geopolítica, Estratégia e Petróleo: Transformações internacionais e nacionais*. Rio de Janeiro: INEEP/FLACSO.

OAS Engenharia e Construção S.A. (2020). *Relatório da Administração*. Disponível em: <
http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/doflash/prototipo/2020/Maio/07/empresarial/pdf/pg_0005.pdf>. Acesso em 4 de março de 2021.

Odebrecht. *Relatório Anual – 2014* (2015). Disponível em: <
https://www.novonor.com.br/sites/default/files/ra-odebrecht-2014-final_pdf_site_pt.pdf>. Acesso em 4 de março de 2021.

_____. *Relatório Anual – 2020*. (2020). Disponível em: <
https://www.novonor.com.br/sites/default/files/caderno_gri_2020_1.pdf>. Acesso em 4 de março de 2021.

Ordonez, R.; Rosa, B. (2018). “Indústria Naval pós Lava-Jato: 17,6 Bi e 80k empregos perdidos”. 2 de setembro de 2018. Disponível em: <
<https://www.defesanet.com.br/bid/noticia/30390/Industria-Naval-pos-Lava-Jato--17-6-Bi-e-80k-empregos-perdidos/>>. Acesso em 4 de março de 2021.

O Globo (2015a). “Propina chega a R\$ 10 bilhões, estima procurador da Lava Jato”. 9 de outubro de 2015. Disponível em: <
<https://oglobo.globo.com/brasil/propina-chega-r-10-bilhoes-estima-procurador-da-lava-jato-17737910>>. Acesso em 3 de março de 2021.

_____. (2015b). “Há um ano, empreiteiros eram presos na 7ª fase da Operação Lava Jato”. 14 de novembro de 2015. Disponível em: <
<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/11/ha-um-ano-empreiteiros-eram-presos-na-7-fase-da-operacao-lava-jato.html>>. Acesso em 4 de março de 2021.

_____. (2018a). “Petroleiros decidem entrar em greve por 72 horas a partir da próxima quarta-feira”. 26 de maio de 2018. Disponível em: <
<https://oglobo.globo.com/economia/petroleiros-decidem-entrar-em-greve-por-72-horas-partir-da-proxima-quarta-feira-22722273>>. Acesso em 5 de março de 2021.

_____. (2018b). “Pedro Parente: de ‘esperança’ da Petrobras ao pedido de demissão”. 1 de junho de 2018. Disponível em: <
<https://g1.globo.com/economia/noticia/a-trajetoria-de-pedro-parente-de-presidenciavel-a-bode-expiatorio-da-greve-dos-caminhoneiros.ghtml>>. Acesso em 5 de março de 2021.

_____. (2019). “Petrobras vende rede de gasodutos para Engie por US\$ 8,6 bilhões”. 5 de abril de 2019. Disponível em: <

<https://oglobo.globo.com/economia/petrobras-vende-rede-de-gasodutos-para-engie-por-us-86-bilhoes-23576876>>. Acesso em 5 de março de 2021.

Paula, L.F.; Moura, R. (2019). “Consequências econômicas da Operação Lava-Jato”. 28 de agosto de 2019. Disponível em: <

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/consequencias-economicas-da-operacao-lava-jato.ghtml>>. Acesso em 3 de março de 2021.

Paula, L.F.; Santos, F.; Moura, R. (2020). “The developmentalist project of the PT Governments: An economic and political assessment”. *Latin American Perspectives*, 47(2): 8-24.

Petrobrás. *Apresentações, Relatórios e Eventos – Relatórios Anuais* (Vários anos). Disponível em: < <https://www.investidorpetrobras.com.br/apresentacoes-relatorios-e-eventos/relatorios-anuais/> >. Acesso em 23 de agosto de 2021.

Pinto, E.C. (2019). “Financeirização e desintegração vertical da Petrobras: quem ganha com isso”. In.: Leão, R.; Nozaki, W. (Orgs.). *Geopolítica, Estratégia e Petróleo: Transformações internacionais e nacionais*. Rio de Janeiro: INEEP/FLACSO.

_____ (2020a). “Nacionalismo energético, Petrobras e desenvolvimento brasileiro: a retomada interdita”. *Revista Oikos*, 19(1): 142-163.

_____ (2020b). “Privatizações das refinarias, regulação e Estado: a tragédia brasileira”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 22 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/privatizacoes-das-refinarias-regulacao-e-estado-a-tragedia-brasileira/>>. Acesso em 2 de fevereiro de 2021.

Pinto, E.C.; Dweck, E. (2019). “Redução dos investimentos da Petrobras: um balanço das perdas”. In.: Leão, R.; Nozaki, W. (Orgs.). *Geopolítica, Estratégia e Petróleo: Transformações internacionais e nacionais*. Rio de Janeiro: INEEP/FLACSO.

Poder 360 (2020). “Petrobras reduz em 2,4% quadro de funcionários no 1º ano de governo Bolsonaro”. 17 de janeiro de 2020. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/economia/petrobras-reduz-em-24-quadro-de-funcionarios-no-1o-ano-de-governo-bolsonaro/>>. Acesso em 5 de março de 2021.

Rossi, J.L.; Alonso, P.S.; Guimarães, P. (2015). “Oportunidades e desafios do desenvolvimento de APLs e territórios no setor de petróleo, gás e naval”. In.: Leal, C.F. et al. (Orgs.). *Um Olhar Territorial para o Desenvolvimento – Sudeste*. Rio de Janeiro: BNDES.

Santos, F.; Moura, R. (2019). “¿Camino al fracaso? La economía política de la crisis brasileña”. *Desarrollo Económico*, 58(226): 341-372.

Valor Econômico (2012). “Petrobras reforça plano para fortalecer fornecedores locais”. 7 de dezembro de 2012. Disponível em: <

<https://valor.globo.com/empresas/coluna/petrobras-reforca-plano-para-fortalecer-fornecedores-locais.ghtml> >. Acesso em 3 de março de 2021.

_____ (2019). “Construtoras encolhem 85% em três anos”. 1 de julho de 2019. Disponível em: < <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/07/01/construtoras-encolhem-85-em-3-anos.ghtml> >. Acesso em 4 de março de 2021.

_____ (2021). “Castello Branco deixa Petrobras mais enxuta”, 9 de março de 2021. Disponível em: < <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/03/01/castello-branco-deixa-petrobras-mais-enxuta.ghtml> > Acesso em 04 de março de 2021.